

A NARRATIVA MÍTICA DE ZUMBI DOS PALMARES

Mayalu Felix é doutora em Linguística
pela Universidade Federal Fluminense
e pela Université de Paris Nanterre

Escrevendo sobre mito e História, em Le siècle des totalitarismes, Tzvetan Todorov nos lembra que na iconografia da Renascença a memória é representada como uma mulher que tem dois rostos: um está voltado ao passado, outro, ao presente; ela tem em uma das mãos um livro, de onde pode tirar informações, e na outra uma pena, para escrever novos livros. O trabalho da memória deve se submeter a duas exigências: fidelidade para com o passado, utilidade para o presente. "Mas o que acontece quando essas duas categorias entram em conflito?", questiona Tzvetan Todorov. A história conhecida de Zumbi dos Palmares é a narrativa da criação de um dos maiores – se não o maior – mito negro afro-brasileiro. Zumbi foi um personagem construído sem lastro documental com propósitos políticos, ideológicos, racialistas e identitários. Ele era uma página em branco na qual tudo podia ser escrito. De acordo com o professor de Filosofia Fernando Bastos, da UnB, a criação do mito se opõe à ciência na medida em que o mito está para a sensibilidade como a ciência para a inteligibilidade, para a razão analítica e discursiva. Dessa forma, mito e ciência se opõem entre duas transcendências. O mito, linguagem da sensibilidade, aponta para uma transcendência, que é oposta à transcendência para que aponta a ciência, a linguagem da inteligibilidade.

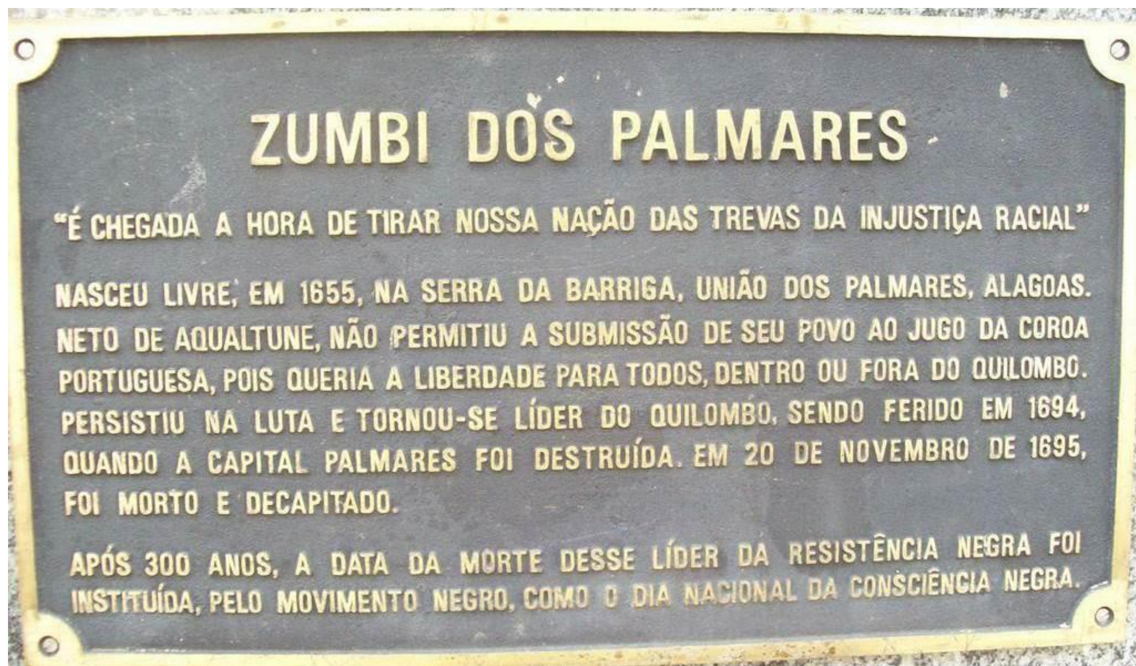


Na Literatura, o mito perfaz narrativa de base fantástica e simbólica, acentuando algo ou alguém cuja existência não é real ou não pode ser comprovada. Esse gênero textual destaca a história de deuses e semideuses ligados à cultura de um povo. Sua intenção é explicar origens e fatos a partir da imaginação e sua existência é estruturada em arquétipos e de forte apelo emocional. Aristóteles, na Poética, afirma que o mito é a alma da tragédia grega e o mais importante entre os seis elementos que a formam. O texto poético pode existir sem o espetáculo cênico, mas nunca sem o mito, pois é ele que proporciona a unidade do drama. Há duas formas de tecer um mito ou trama de fatos: a mais poética é simplesmente inventando-o por arte ou imaginação; a segunda é valendo-se da História ou das lendas heroicas tradicionais.

Ariana Mara da Silva, em seu artigo Racialismo e Racismo, diz que no Brasil, especificamente, o discurso racialista foi apropriado pelo Movimento Negro como questão de construção identitária. Desta maneira, racistas e antirracistas partiriam de um mesmo campo simbólico para se enfrentarem. O Movimento Negro precisava de uma figura para representar o "povo negro", essa massa vista como homogênea, uniforme, que deveria ser politicamente configurada à esquerda. Era-lhe necessário um guerreiro afeito à contracultura da época, esculpido em valores revolucionários. Zumbi foi a resposta. Foi o mito moderno moldado pela conveniência política da necessidade da esquerda, dona do Movimento Negro. Racialistas exploram o mito de Zumbi como figura real, mas não racialistas buscam investigá-lo exatamente por sua falsa constituição. Palmares foi real, Zumbi existiu, mas ambos estão distantes das narrativas utópicas e míticas erigidas ao longo das últimas décadas. Esse conjunto de mitos de uma dada comunidade linguística, de acordo com o Dicionário de Semiótica de A. J. Greimas e J. Courtés, é chamado de mitologia, e o discurso mítico é uma classe de discursos do domínio da etnoliteratura, reconhecido por suas características de gênero textual na maioria dos acontecimentos atribuídos a Zumbi dos Palmares – jamais comprovados.

Na Antropologia, o mito remete a uma narrativa fabulosa, que parece escapar ao pensamento racional, seja ele teológico ou científico, mas cuja capacidade compreensiva do mundo, diferente da explicativa, foi recentemente posta em relevo por Carl-Gustav Jung e outros. Nessa acepção, o mito supõe um silêncio ou uma outra palavra, aquela mesma que é capaz de dizer a presença do irracional no seio da razão, precisamente o que C.S. Lewis chamou de "experiência do Numinoso", citando o teólogo alemão Rudolf Otto em O Problema do Sofrimento, ou do logos, que é também relação com o que está imóvel no meio do tempo.

De volta ao campo da Filosofia, Eudoro de Sousa afirma que o mito seria a intriga de um drama ritualístico em que se representa a origem. O drama é o sacrifício, em que a morte de deus oferece a vida ao mundo. Assim, para esse autor, um dos que que teve como poucos o agudo sentido da origem, a mitologia não é a biografia dos deuses, mas antes a sua tanatografia; mais do que da criação do mundo, do originado, o mito nos fala da morte dos deuses, na origem, antes da criação. Mais do que cosmofania, o mito parece ser neste autor teocriptia. Se a História fala do originado, o mito é a linguagem adequada para falar da origem e do que nesta ainda não tem devir.



É precisamente por isso que se comemora a morte de Zumbi: foi por sua morte que os descendentes de escravos tiveram a oportunidade de viver. Na morte de Zumbi, não em sua quase desconhecida vida, está todo o sentido da criação e da existência do Movimento Negro: Zumbi foi mais que um mártir, ele foi erigido à condição de mito. Antes do Abolicionismo, Zumbi já era. Não importa se ele mesmo tinha seus escravos,

a condição de mito o absolveu da história real do que ele foi e permitiu a elaboração do que ele precisou ser: o redentor, o herói, o mártir, o ente sacrificial. O fim da escravidão, em 1888, não teria outro destino que não o apagamento. O dia, o ano, o mês, a assinatura, a autoria. Isso nada vale diante da morte ritualística de um mito, da data que está na origem do que se considera o Dia da Consciência Negra.

Numa outra leitura, o mito formulado por Claude Lévi-Strauss, ancorado em suas pesquisas indigenistas pela América do Sul, encontra sua substância em um nível muito elevado na linguagem. Seu sentido se torna progressivamente autônomo dessa mesma linguagem que o fez surgir, o que faz com que Lévi-Strauss chegue a três conclusões, em Antropologia Estrutural, das quais destacamos uma: se os mitos têm um sentido, este não se pode ater aos elementos isolados que entram em sua composição, mas à maneira pela qual estes elementos se encontram combinados, ou seja, há itens associados na composição de Zumbi que fazem dele a força motriz de uma "causa sagrada", como argumenta Olavo de Carvalho em artigo de 2012, publicado no Diário do Comércio e, posteriormente, em O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota. Essas "causas", diz ele, são tão valorizadas que parecem infundir virtudes, automaticamente, em qualquer vagabundo, farsante ou bandido que consinta em representá-las. Zumbi dos Palmares matou o próprio tio envenenado a fim de assumir a chefia do Quilombo dos Palmares, tinha escravos, perseguia os fugitivos do Quilombo, punia-os, matava-os, saqueava, pilhava, incendiava engenhos próximos. Mas, quando tomada como medida máxima ou única de aferição do bem e do mal, a causa adquire o prestígio das coisas sagradas e se torna objeto de alienação idolátrica. Ora, em maior ou menor medida isso acontece com todas, absolutamente todas as causas políticas, sociais e econômicas do mundo moderno, sem exceção. O comunismo, a negritude, o movimento gay e outras não admitem virtude maior que a de aderir à sua causa, nem pecado mais horrendo que o de combatê-la. Para os militantes, 'bom' é quem está do seu lado, 'mau' quem está contra – ressalta Olavo de Carvalho.

Foram muito importantes para a própria existência do Movimento Negro as noções de "raízes culturais" e "identidade cultural" forjadas com base na ideia de Zumbi dos Palmares como figura mitológica ancestral e metafórica, um abolicionista antes do Abolicionismo – ora, ele mesmo escravagista. O reforço representado por uma figura mítica, moldada ao sabor das necessidades da esquerda brasileira diante da abertura política das décadas de 1970 e 1980, confirma o que escreve o professor Eudoro de Sousa a respeito da narrativa mítica: a narrativa da história nega o passado, pois para a história não há passado, mas só atenuada presença do presente. Passado é presença de outro presente, e uma presença exclui a outra, ou, talvez, uma se faz presente por exclusão da outra.



Poucos registros ficaram de Zumbi dos Palmares, mas ele já teve pelo menos três versões. A que nos interessa é a última, surgida durante o Movimento Abolicionista e em permanente formulação. Em seu recente livro sobre a escravidão, o primeiro de uma trilogia, Laurentino Gomes, jornalista autor de 1808,

1822 e 1889, que traçaram um retrato preciso e até então desconhecido da família real brasileira, não se furta de falar do Quilombo dos Palmares e de Zumbi, figura que a partir dos anos 1970-1980 exclui progressivamente da cena histórica do fim da escravidão negra no Brasil a Princesa Dona Isabel, que assinou a Lei Áurea e sobre a qual se tem vasto campo documental e histórico.

Há documentos de época do Quilombo dos Palmares, situado no estado de Alagoas, na Serra da Barriga. Eles nos desvendam o fato de que, por exemplo, "quando negros fugiram, crioulos foram enviados atrás deles, que foram capturados e mortos, de modo que o terror agora reina entre eles, especialmente entre os angola". A documentação é "relativamente escassa", não se sabendo dele a origem, costumes, procedência dos seus habitantes, religião dominante. O que se sabe é que o Quilombo era o maior dos que se teve notícia e que até mesmo o Padre Vieira escreveu carta ao rei de Portugal a respeito do ajuntamento, em julho de 1691.

Seu líder era Ganga Zumba, tio de Zumbi. Ele morreu envenenado pelo sobrinho, numa disputa pela liderança após assinar um acordo de paz com os portugueses. Caberia ao bandeirante Domingos Jorge Velho, "mameluco, descendente de portugueses, tapuias e tupiniquins", que "mal sabia falar português" e "preferia se comunicar na língua geral dos índios tupi-guarani – como todos os paulistas até o começo do século XVIII", destruir Palmares. No dia 20 de novembro de 1695, Zumbi foi morto. Sua cabeça foi decepada, salgada e levada para Recife, tendo sido exposta publicamente para servir de exemplo a outros negros que ousassem fugir. Depois de degolado, Zumbi foi castrado e teve o pênis enfiado dentro da boca, uma forma antiga de humilhar os homossexuais. Mas disso o Movimento Negro faz silêncio sepulcral, pois é conveniente que o mito etnocultural do libertador dos negros seja viril, palavra que, como lembra Olavo de Carvalho no artigo Causas Sagradas, tem no latim a mesma origem de "virtude" e "varão".

Somente 193 anos depois, a escravidão seria abolida no Brasil, com a promulgação da Lei Áurea, pela Princesa Dona Isabel, filha de Dom Pedro II. Mas é aqui, hoje, no século XXI, que duas visões de história se confrontam. Dois dias festivos, duas datas comemorativas. Uma, 13 de maio (1888), instituída em 1890, celebra a data da promulgação da Lei que libertou os escravos no Brasil. Outra, 20 de novembro (1695), instituída em 2011, sob a Presidência de Dilma Roussef, como Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, foi idealizada pelo poeta gaúcho Oliveira Silveira, fundador do Grupo Palmares de Porto Alegre, que reunia militantes e estudiosos da cultura negra. Conhecido pela alcunha de "Poeta da Consciência Negra", Oliveira Silveira fez parte do Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR entre 2004 e 2006, durante a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva. Em 1971, ele rejeitou a sugestão do 13 de maio e trouxe à discussão o 20 de novembro, data lançada e implantada no Brasil pelo Grupo Palmares a contar de 1971, tornando-se Dia Nacional da Consciência Negra em 1978, denominação proposta pelo Movimento Negro Unificado contra a Discriminação Racial, MNUCDR.

O Zumbi do qual hoje fala o Movimento Negro não é o primeiro nem o segundo, frutos de duas construções históricas e ideológicas diferentes, contextualizados segundo suas determinadas épocas, mas o terceiro, o "dos oprimidos", que segue em construção na esquerda. Nascido no bojo do Movimento Abolicionista do século XIX e idealizado no interior dos princípios marxistas no século XX, adaptou-se ao que requeria dele o Movimento Negro e a esquerda em geral. Exemplo muito claro disso foi o livro de Décio Freitas, Palmares: A Guerra dos Escravos. A orelha do livro foi escrita por Darcy Ribeiro, que afirmou que Palmares podia ganhar e ganhou mil batalhas sem consolidar jamais sua vitória – dada a inviabilidade histórica de um socialismo extemporâneo. A orientação ideológica da obra traz a narrativa de um Zumbi herói, nascido em Palmares, mas educado por um padre franciscano. Aliás, o nome Zumbi – e aqui abrimos um parêntese, porque os documentos do Brasil Colônia, dos quais o mais antigo data de 1603, mal fazem referência ao personagem Zumbi, cujo próprio nome varia – ora é Zambi, ora Zombi ou Zombé. A grafia Zumbi data do século XIX.

O que há, da época, são relatórios policiais, burocráticos, forjados naquele tempo difícil e sem recursos, escritos sem muito rigor, dando conta do que era o Quilombo e de como foi combatido. É com a publicação de História da América Portuguesa, de Sebastião da Rocha Pita, em 1730, que surgem algumas novas informações, como o fato de Zumbi ser um título de nobreza e não um nome próprio. No livro de Décio Freitas há a informação de que Zumbi teria sido batizado na Igreja Católica como "Francisco". Sob a

inspiração de São Francisco de Assis, santo dos pobres, Zumbi aos dez anos “conhecia todo o latim que há mister e crescia em português e latim muito a contento”. O livro, base para a mitologia de Zumbi dos Palmares, seria fundado em cartas que ninguém, além do autor, Décio Freitas, teve acesso. Apesar de não ter nenhuma comprovação histórica real, a narrativa é respeitada entre a esquerda e o Movimento Negro como fidedigna, mas não passa de ficção. Freitas, ligado ao PCB, soube muito bem como observar o que disse Marx, no Capítulo II do Manifesto Comunista: “Na sociedade burguesa, o passado domina o presente; na sociedade comunista, o presente domina o passado". A relativização da verdade como prática é estratégia marxista de construção das mitologias modernas. Uma das mais bem sucedidas foi Zumbi dos Palmares.

O exame mais detalhado da construção dessa mitologia racialista-marxista nos traz algumas conclusões. Em primeiro lugar, o Movimento Negro precisava de uma figura emblemática que fosse “contra o sistema”. Os três negros abolicionistas modernos, dos quais se conhece bem a trajetória, Luiz Gama (1830-1882), José do Patrocínio (1853-1905) e André Rebouças (1838-1898), estão fora do padrão marxista: ou eram republicanos, ou monarquista, como André Rebouças, inseridos demais na sociedade capitalista a ser destruída, cultos demais, distantes da possibilidade de serem moldados segundo as necessidades político-ideológicas que o Movimento Negro requer. Nenhum deles deixou-se vitimizar: apesar das dificuldades de suas vidas, em especial Luiz Gama, todos os três foram vencedores por mérito, tendo estudado e conquistado espaço profissional e intelectual numa época em que ser negro e escravo eram praticamente sinônimos. Como salienta Olavo de Carvalho, em A verdadeira cultura negra, eles entendiam que suas remotas origens africanas tinham sido neutralizadas pela absorção na cultura ocidental, que sua condição de raça era apenas um fato biológico sem significação cultural por si, que a cultura a que tinham se integrado não era branca, mas universal, que era mais útil e mais honroso para o negro vencer individualmente no quadro da nova cultura mundial do que ficar choramingando coletivamente as saudades de culturas tribais extintas.

Mais longe ainda da possibilidade de ser maleável à representatividade ideológica que o Movimento Negro requeria nos anos 1970/1980 estava a Princesa Dona Isabel: mulher, caucasiana e nobre, membro da monarquia que os marxistas sempre odiaram, Isabel e sua família nunca tiveram escravos, de fato, pois remuneravam todos os que trabalhavam em seus domínios e engajaram-se nas lutas abolicionistas da época. Por óbvio, a identidade racial preconizada pelo Movimento Negro seria impossível de ser fabricada tendo uma branca da elite como protagonista do processo de extinção da escravidão no Brasil. Foi providencial, então, ressuscitar a distante figura de Zumbi dos Palmares, um ilustre desconhecido até o início dos anos 1970. Ele era perfeito para se encaixar na mitologia da luta de classes do negro contra o branco opressor. Por isso, Décio Freitas e outros, como Astrojildo Pereira e Joel Rufino dos Santos, os dois primeiros ligados ao PCB e o último, ao PDT, escreveram livros sem nenhum lastro documental retratando Palmares como uma “república socialista” que acolhia negros, oprimidos e marginalizados e Zumbi como um herói defensor da liberdade, dos oprimidos, dos injustiçados, que desafiava o status quo da época e promovia em Palmares uma “comunidade livre”, com assembleias populares nas quais todos eram ouvidos. Isso nunca foi documentado e pode ser reputado como exemplo de “mentira histórica”.

O Quilombo de Palmares, de fato, era um lugar inóspito e de difícil acesso. Lá não havia muitas famílias, pois as mulheres eram poucas. De acordo com a obra de Laurentino Gomes, citando os historiadores Manolo Florentino e Márcia Amantino, era preciso que mulheres negras e índias, escravas, fossem raptadas nos locais próximos para que houvesse descendência no quilombo. Também eram praticados, com frequência, roubos e saques nos vilarejos e engenhos vizinhos. Além disso, Palmares jamais poderia ser considerado socialista: baseado nos costumes africanos, funcionava como uma monarquia eletiva, em que chefes de pequenas aldeias (mocambos) se reuniam para escolher o soberano. Dessa forma, a organização era provavelmente centralizada, com punições severas aos que fugissem ou se insurgissem contra as ordens dos chefes. Como em toda organização monárquica, havia hierarquia e os chefes tinham seus escravos. Portanto, era impossível que Palmares fosse abolicionista.

Por fim, voltamos ao que diz o historiador e linguista búlgaro Tzvetan Todorov, em Le siècle des totalitarismes. No capítulo Mémoire du mal, tentation du bien: Enquete sur le siècle, precisamente na parte 4, Les usages de la mémoire [Os usos da memória], o historiador ressalta a estranha obsessão dos

europeus pelo culto da memória – em especial dos franceses, sobretudo tendo em vista que o culto da memória não serve sempre às boas causas. Como diz Todorov, a memória pode se tornar estéril por sua forma: porque o passado, sacralizado, não nos lembra nada além dele mesmo, e porque o mesmo passado, banalizado, nos faz pensar em tudo e em nada ao mesmo tempo. A lembrança do passado é necessária para afirmar a identidade do indivíduo e do grupo. Para julgar o valor moral do que, no presente, faz reviver o passado, devemos nos perguntar sobre que ator ou grupo de atores na História ele se projeta, com quem se identifica.

A partir da página 731 do livro, falando do "passado presente", o autor explica como o passado é utilizado para fabricar, no mundo em que vivemos, o "politicamente correto", "esse conformismo que floresce" nas universidades norte-americanas e que define para cada um o código de boa conduta para se conquistar o sucesso profissional. Mas só a expressão é nova, pois, como explica Todorov, logo após a Segunda Guerra Mundial o politicamente correto consistia em ocupar as posições "antifascistas". Era isso que assegurava naquela época o prestígio do Partido Comunista e da esquerda em geral. Ao falar da criação dos mitos, o autor recorre à história recente de Artur London, funcionário da Internacional Comunista, morto em 1986. A narrativa da experiência de London na prisão foi escrita por ele mesmo em A Confissão, que se tornou filme tendo Yves Montand no papel principal. Em novembro de 1996, o historiador Karel Bartosek [que posteriormente, em 1997, faria parte da equipe de Stéphane Courtois na escritura de O livro negro do comunismo] escreve Les Aveux des archives, no qual dedica um capítulo a desmascarar Artur London, um reles delator covarde, àquela altura já consagrado mito comunista entre a esquerda mundial.

O principal argumento que se opunha aos de Bartosek era: quaisquer que sejam os detalhes particulares da vida de London, ou de qualquer personagem desse gênero, deve-se dizer publicamente apenas o que for útil à causa. Em um artigo publicado no jornal Le Monde, em dezembro de 1996, um opositor de Bartosek no debate disse: "Vivemos hoje um momento difícil da História, quando a extrema-direita ronda nossas cidades; é necessário, consequentemente, manter viva a chama do combate antifascista e continuar afirmando que 'os heróis são os heróis [...] Artur London é símbolo indestrutível da autêntica paixão comunista' [...]." Sob esse ponto de vista, é evidente que é preciso cobrir de vergonha os que, sob o pretexto de cumprir com seus deveres de historiadores, buscam lançar suspeitas sobre "toda personalidade", demonstrar que "os heróis são ilusórios", levar, finalmente, "ao ódio ao herói e ao santo". Esses historiadores apenas ajudam a extrema direita em seu combate contra o "sentimento moral" em geral e o engajamento cívico em particular. Essa era, precisamente, a opinião dos opositores de Bartosek no debate que tinha a fabricação do mito comunista Artur London no centro.

Sob essa ótica, o historiador não deveria ter deveres para com a verdade, mas somente para com "o bem", sendo nada além de um propagandista como os outros, posição que pode ser defendida caso se esteja convencido de que os fatos não existem, mas somente os discursos sobre os fatos. Isso significa a ruína de toda a ciência, pois ela repousa sobre o postulado de que o conhecimento não é uma pura projeção da vontade. E é aqui que a desmistificação de Artur London se encontra com a desmistificação de Zumbi dos Palmares. Ambos os heróis, mitos cujas trajetórias foram construídas de forma a servir à "causa", tiveram suas trajetórias investigadas a fundo para fazer frente aos fatos – ou à ausência deles. "O culto à memória nem sempre serve bem à história; diremos o mesmo da justiça, quando deixa de ser uma fonte de documentos, a ser analisada pela História, e se torna uma encenação do conhecimento histórico".

A Fundação Palmares foi instituída em 1988, durante a Presidência de José Sarney, pela Lei Federal nº 7.668, de 22 de agosto daquele ano, em comemoração ao centenário da abolição da escravatura. Contudo, no âmago de seu próprio nome a Fundação traz dois mitos: a ideia de que o Quilombo dos Palmares foi uma espécie de *lieu de résistance* socialista, fraternal e abolicionista, e a falsa imagem de Zumbi dos Palmares como um herói virtuoso, mistura de Robin Hood e Zorro afro-brasileiro, católico, versado em latim e português, exímio estrategista, descrito em literatura de dois ou três autores na década de 1970 e recriado posteriormente, nas décadas vindouras, em centenas de TCCs, dissertações de mestrado e teses de doutorado de universidades brasileiras em cursos de Humanas os mais diversos, além de monumentos públicos, histórias em quadrinhos, músicas, pinturas etc. Para isso, dezenas de milhões de reais, ao longo de décadas, têm sido investidos em políticas racialistas sob o pretexto de reforçar e valorizar a identidade da população negra. Políticas de cotas são aplicadas em concursos públicos, publicidades, filmes, novelas,

literaturas e até mesmo draconiano revisionismo literário abateu-se sobre obras como Caçadas de Pedrinho e Urupês, de Monteiro Lobato. Nesses anos de fortalecimento do politicamente correto e do *afroblackisbeautiful*, contudo, a Educação Básica Pública, cujo público destinatário é majoritariamente pobre e, em grande parte, mestiço e negro, pouco mudou e a expansão da rede de esgotos foi mínima – só para falar de dois aspectos muito fundamentais para elevar, de verdade, a dignidade da maioria mestiça e negra. Sim, foi criada uma elite cultural afro-brasileira, como se autointitula, e de esquerda, fundada em mitologias modernas, mas a base da pirâmide, em grande parte mestiça, negra e pobre, ainda não foi liberta.